



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 3ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa, da 16ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 14 de fevereiro de 2018, com início às quatorze horas e quarenta e quatro minutos sob a Presidência do Vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **OLAVO SANTOS** e com a presença dos vereadores: Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Fernando Hallberg, Gugu Bueno, Jaime Vasatta, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Olavo Santos, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Policial Madril, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro, Valdecir Alcântara. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental, dou por aberta a sessão e solicito ao senhor secretário que faça a leitura da matéria de expediente recebida pela mesa. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Of. nº 3/2018 - AE - CMC, do Gabinete do vereador Alécio Espínola, informando ausência na presente sessão; Projeto de lei nº 10/2018; Projeto de lei nº 11/2018; Parecer nº 264 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2017; Parecer nº 263 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2017; Parecer nº 262 favorável da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2017; Parecer nº 2 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 7/2017; Parecer nº 1 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2017; Parecer nº 3 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de Lei Complementar nº 9/2017; Parecer nº 1 favorável da Comissão de Viação, obras públicas e urbanismo ao Projeto de lei Complementar nº 7/2017; Parecer nº 3 favorável da Comissão de Viação, obras públicas e urbanismo ao Projeto de lei Complementar nº 9/2017; Parecer nº 2 favorável da Comissão de Viação, obras públicas e urbanismo ao Projeto de Lei Complementar nº 8/2017; Parecer nº 1 contrário da Comissão de Justiça e Redação ao substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 155/2017; Parecer nº 5 contrário da Comissão de economia, finanças e orçamento ao substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 155/2017; Parecer nº 1 contrário da Comissão de educação ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 155/2017; Parecer nº 7 favorável da Comissão de economia, finanças e orçamento ao Projeto de lei nº 158/2017; Ofício PGM nº 62/2018, em resposta ao requerimento nº 516/2017; 4 Comunicados do FNDE, informando sobre liberação de recursos financeiros destinados aos programas do FNDE. Inscritos para o pronunciamento do grande expediente, os vereadores Celso Dal Molin, Paulo Porto, Parra, Romulo Quintino, Fernando Hallberg, Josué de Souza, Olavo Santos e Pedro Sampaio. – Presidente: Finda que está a matéria de expediente, deixo a palavra livre pra inclusão ou destaque para a ordem do dia. **INCLUSÃO OU DESTAQUE PARA ORDEM DO DIA:** – Não houve nenhuma solicitação neste sentido. **ORDEM DO DIA:** - Presidente: Em única discussão o veto parcial do Projeto de lei nº 156/2017 que estima receita e fixa a despesa do município de Cascavel para o exercício financeiro 2018 de autoria do Executivo Municipal. Em discussão, o veto parcial. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os vereadores contrários que se manifestem. Veto parcial aprovado, registre o voto contrário do Vereador Misael Junior e do vereador Josué de Souza. Em primeira discussão e votação o Projeto de lei nº 122/2017 que denomina de Joaquim Francisco de Moraes um logradouro público municipal, de autoria dos vereadores Misael Pereira, Rômulo Quintino e Roberto Parra.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Misael Junior. - Vereador Misael Junior: Quero fazer um breve relatório sobre o histórico do senhor Joaquim Francisco de Moraes. Nascido em 12/08/1921 chegou a nossa cidade em 6 de outubro de 1954 vindo de Campo Mourão. Veio de avião, pois não havia estrada naquele momento que ligasse as duas cidades. Juntamente com outra família deu início aos trabalhos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus na Rua Paraná esquina com a Rua Manoel Ribas em um salão alugado. Exerceu a profissão de tintureiro e agricultor durante todo o tempo que residiu em Cascavel onde ficou até a data de 5 de junho de 1970. O mesmo depois de desenvolver excelentes trabalhos como pioneiro desbravador da nossa região se mudou para outra cidade, faleceu no dia 10 de outubro de 1991 deixando um legado enorme de dedicação à família e ao trabalho também prestado a igreja como missionário. Um breve relato também da Igreja evangélica Assembleia de Deus: fundada no dia 25 de agosto de 1957 pelos irmãos Enoque Xavier de Alencar e a sua esposa Regina Andrade Alencar vindos de Pirapozinho São Paulo os quais alugaram uma casa na Rua Manoel Ribas próxima à saída para cidade de Toledo e começaram a pregar o evangelho de Jesus Cristo juntamente com irmão Joaquim de Moraes e sua família supervisionados por um Missionário: Oleif Anderson. Ainda no ano de 1957 foi recebido em Cascavel Evangelista Ireno Jacinto da Silva também vindo de Campo Mourão e poucos meses após, a igreja Assembleia de Deus foi transferida para Avenida Brasil na região central da cidade. Quero cumprimentar a família do senhor Joaquim Francisco de Moraes, em nome da Ana Kelly, cumprimentar a todos aqui. Temos ali os dois irmãos do seu Joaquim, são deficientes visuais, eles vieram até o nosso gabinete, são membros da nossa igreja, aliás, igreja que o vereador Roberto Parra e o vereador Romulo Quintino estão juntos, então quando nasceu essa possibilidade conversei com o Roberto Parra e com Rômulo Quintino eles no exato momento aderiram à ideia para assinar junto o projeto. Projeto este que denomina de Joaquim Francisco de Moraes um logradouro público no município. Diante de toda a história eu acho que já ficaria fácil de os vereadores aqui nesta Casa votarem, no entanto existe uma celeuma jurídica quanto a esse assunto que é o anexo da certidão de óbito da pessoa que receberá. Como ele tem a certidão de óbito lá em Aquidauana e ainda não chegou até a casa, quero pedir vistas ao projeto para que entre em votação logo assim que chegar a certidão de óbito e a gente possa convocar a família e tenho certeza que esta casa dará a oportunidade de uma pessoa que foi um dos desbravadores dessa cidade de ter o seu nome também num logradouro aqui de Cascavel. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Não tenho dúvida que estamos fazendo a coisa correta. Uma família íntegra, honesta. Parabéns pelo projeto e tenho certeza que essa ausência da descrição logo será corrigida e o senhor está fazendo um belo projeto. - Vereador Misael Junior: Só registrar o tempo de 10 minutos como autor do projeto. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Romulo Quintino: Como muito bem explicou já o vereador Misael, esse é um projeto que vai fazer justiça, tornar que seja instalado na memória do município de Cascavel esse nome importante desse homem que realmente deu uma grande contribuição para o início e para o desenvolvimento da nossa cidade que foi o pastor Joaquim Francisco de Moraes. Mais uma vez deixar consignado o nosso apoio e assim que corrigida essa questão nada mais do que burocrática Com certeza o plenário da



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Câmara vai concordar e vai aprovar esse importante projeto. - Vereador Misael Junior: Obrigado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Parra: É um prazo homenagear as pessoas que merecem. Vai ser gratificante quando estiver transitando e vir a homenagem que essa Casa prestou a uma pessoa que realmente merece. Agradeço pelo convite de assinar o projeto juntamente com V. Excelência e o vereador Romulo Quintino. - Vereador Misael Junior: Seu Jair é um ouvinte do nosso programa, é um prazer tê-lo conosco. A rádio tem esse poder. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Serginho Ribeiro: Também parabenizar pela ótima homenagem. Essas pessoas têm que ser homenageadas com certeza e um grande abraço a Ana Kelly que faz um trabalho belíssimo na rádio Colmeia como à frente da Univel. - Vereador Misael Junior: Era o que tínhamos. – Presidente: Em votação o de vistas formulado pelo vereador Misael Junior. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Pedido de vistas aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos então para a discussão do Projeto de lei nº 145/2017 de autoria do vereador Celso Dal Molin que dispõe sobre a captura e remoção de abelhas e vespas no município de Cascavel. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Para que possamos entender porque originou a criação dessa lei pra cidade de Cascavel logicamente aprovada pelos senhores foi o fato de encontrar uma pessoa que queimou uma cachopa de abelhas num colégio. Ele pegou um pedaço de pau com diesel e álcool e pôs fogo. Também uma pessoa que tinha uma colmeia em cima da casa e foi com veneno e matou as abelhas. Questionei porque não procuraram o município pra resolver o problema e disseram que procuraram, mas o município não tinha como resolver. Procurei o corpo de bombeiros e também falaram que não era função deles, a menos que alguém fosse atacado. Fiz um ofício pra o 156 como se resolve essa questão, e o 156 disse que quando são solicitados pra essa situação encaminham pra o Corpo de bombeiros. O Corpo de bombeiros disse que não faz a retirada a menos que haja ataque. E ainda mostrou a lei que os proíbe de fazer isso e o próprio Ministério Público já tinha feito essa cobrança a eles e o Corpo de bombeiros comunica que passa pra o município. O município orienta as pessoas a procurarem apicultores ou a Defesa Civil. Acabamos querendo colocar a responsabilidade pra alguém que receba essa denúncia, situação pra que possa tomar providência. Colocamos no projeto que a secretaria que ficaria responsável por isso seria a Defesa Civil. Aí a Defesa Civil chama os apicultores pra fazer a retirada. A lei diz é crime matar as abelhas por causa da sua função na natureza. As pessoas estão matando, queimando, tomando essas providências. Este projeto está aberto para os apicultores para colocar mais alguma coisa, os próprios vereadores porque o que nós queremos com esse projeto é simplesmente que secretaria, o órgão Defesa Civil receba essa demanda e depois solucione isso. Temos um caso que o senhor Nilo estava falando que tem uma cachopa de abelha em um poste, tem que tirar e como é que faz? Precisa do auxílio. Então, o município tem que assumir sua responsabilidade nesse momento e estar resolvendo essa questão para que a população se sinta amparada nessa situação também e não seja prejudicada. Nós queremos que a Defesa Civil, através deste projeto seja responsabilizada e que possa cumprir esse papel de estar recebendo a ligação das pessoas. Nós estivemos no 156, conversamos com o pessoal.



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

O 156 nos informou que é uma situação difícil é uma situação complicada e precisa dessas pessoas para que façam essa retirada. Eu peço voto favorável a esse projeto, aceito emendas, colocações para que nós possamos dar um destino a essas abelhas. Lembrando que elas não podem ser mortas. Deixando claro à população que não faça isso. Você está impedindo que a função dela seja praticada no meio ambiente. Então, não faça isso. Ainda nós temos a lei que diz que isso é crime. Então peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Seria mais fácil uma indicação pra que toda vez que tivesse as abelhas fossem comunicados os apicultores para que eles venham e façam a coleta. Lá em Itapejara, meu irmão estava limpando a casa dele e numa caixinha de luz tinha um ninho cheio, chamaram os apicultores eles retiraram. Poderia ser feito aqui... vou votar favorável, mas a minha ideia seria aqui dentro do próprio orçamento do município tivesse um dinheiro para quando precisar apicultor eles irem e retirar as abelhas não precisava ser... podia ser um convênio com eles porque as abelhas são o material, então fazer um convênio com a prefeitura para que ao invés de chamar o bombeiro, os bombeiros comunicam eles e eles vêm e recolhem em ir agora e pronto então seria mais do que um convênio porque a lei aqui, Celso Dal Molin, você não coloca da onde vai tirar. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin: Como a Defesa Civil é um órgão do município que tem uma estrutura, por exemplo, deu um vendaval em Cascavel e descobriu tantas casas, ela tem seu recurso próprio para ir lá sem estar previsto e dar suporte a essa situação que aconteceu. Não é muito diferente, por isso que eu coloquei a Defesa Civil, porque ela já tem essa estrutura livre para colocar nessa situação e com certeza os apicultores vão estar nessa situação, mas o meu objetivo maior é que a pessoa tenha aonde ligar e aonde a pessoa vai dizer: “Nós vamos resolver o problema”, e vai encaminhar para pessoas certas para resolver a situação. Mas isso será, com certeza, resolvido com a Defesa Civil porque ela tem um orçamento. (-Um aparte) - Vereador Bocasanta: Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: Minha preocupação com essa lei é a mesma do Bocasanta. Acredito que o município tem que fazer um convênio, uma vez que a Defesa Civil, depois de sancionada essa lei, em 15 dias teremos que saber se tem estrutura a Defesa Civil, material correto para captura, se eles foram treinados, tiveram algum tipo de treinamento e se ligar amanhã eles estarão aptos a fazer essa remoção. Então, eu acredito que vai criar um problema de antemão dentro dos 15, 20 dias na sanção desta lei ou retornando para cá com veto do prefeito para que nós possamos discutir. Pra gente poder até fundamentar mais essa lei aqui e nós termos mais tempo para discuti-la. (-Um aparte) - Vereador Bocasanta: Pois não. – Vereador Valdecir Alcântara: Celso, você deve ter feito um levantamento disso e o Corpo de bombeiros se negou a fazer esse tipo de trabalho porque é em lei, e quanto a lei que a população paga, não sei se continua pagando junto com IPTU ali, não dá para incluir junto essa situação? - Vereador Bocasanta: Minha opinião: Quanto mais colocar serviço público no meio mais complica. Se tiver uma parceria com os apicultores e pode ter até uma cooperação e dando até um certo ganho monetário para eles eu acho que resolve o problema sem por muito empecilho no meio porque eu acho que é de interesse do apicultor, é de interesse do proprietário e também da Prefeitura. Então, se fizer um convênio direto eu acho que seria o ideal. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Parra. - Vereador Parra:



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Também tive o privilégio de trabalhar na Defesa Civil e vou ressaltar que ela não tem estrutura nenhuma, nem humana, nem de material. Me preocupa que a gente está passando essa responsabilidade e fica sem ninguém tomar iniciativa. Hoje a Defesa Civil é ligada diretamente ao gabinete do prefeito, mas eles não têm estrutura e condições nenhuma de fazer esse trabalho. Vejo com preocupação dar esse trabalho para Defesa Civil porque já presenciei muitos casos lá de as pessoas até num colégio do Clarito mesmo que as abelhas estavam dentro do forro da escola e passaram meses ligando lá, a gente tentava localizar alguém que teria experiência para tirar, as pessoas falavam que não dava porque ia mexer com as abelhas e tinha as crianças e era num lugar habitado, então ficou nessa celeuma e a gente não conseguia resolver essa dificuldade. Então, um dos meus primeiros requerimentos aqui na Casa foi que a Defesa Civil tivesse realmente cargos técnicos já que eles têm recursos, Defesa Civil tem dinheiro e teria que ter cargos técnicos, Bombeiro Civil, pessoas capacitadas. Antes de nós criarmos funções para Defesa Civil a gente realmente teria que criar uma Defesa Civil que realmente funcione aqui em Cascavel, pessoas treinadas que fossem capazes talvez de salvar alguém numa enchente, num vendaval e que tivesse condições de tirar essas abelhas, tivesse condições de recolher talvez um animal que estaria aí na rua que fugisse talvez do zoológico antes da gente criar fatos para Defesa Civil, a gente realmente teria que criar uma Defesa Civil que funcionasse em Cascavel. Eu acho que a gente teria que se preocupar com isso, estruturar a Defesa Civil para depois dar funções para ela. – Vereador Celso Dal Molin: Concordo contigo, mas pelo menos vai ter um lugar para ligar aonde vai ser atendido. Hoje os apicultores, por exemplo, o senhor Paulo Renato que está aqui, em 6 meses ele tirou 34 cachopas, foi chamado e tirou. O que queremos hoje é que a população já tenha onde ligar e que aí a Defesa Civil chame os apicultores pra tirar essas abelhas. Queremos dar uma referência pra que as pessoas não venham cometer um crime por fogo numa casa, colégio por essa situação. O direcionamento é esse. - Vereador Parra: Inclusive está aqui o vereador Carlinhos que foi responsável por tirar um enxame de abelhas junto com um apicultor amigo dele. Mostra que não funciona essa questão de você ligar no 199. Teve um caso da semana passada de um terreno vazio na Neva que estava pegando fogo, a menina estava ligando no 199 e ninguém atendeu. Eu acho que a gente precisa realmente fazer com que a Defesa Civil de Cascavel funcione e aí a gente colocar as atribuições que ela precisa fazer. Por mim, pediria vistas do projeto para que a gente realmente estudasse junto uma melhor forma até com o prefeito, com as pessoas responsáveis pela Defesa Civil para ver se tem condições de absorver essa demanda e aí sim a gente votar esse projeto de lei. – Presidente: Tendo um pedido de vistas por parte do vereador Parra esse pedido trava a discussão do referido projeto e nós temos que naturalmente colocar em votação o pedido de vistas do Vereador Roberto Parra. Têm vários vereadores ausentes do plenário. - Vereador Valdecir Alcântara: Peço votação nominal. (-Peço a palavra) - Presidente: Vamos a votação do pedido de vistas. – Vereador Celso Dal Molin: Discussão do pedido de vistas. – Presidente: Não cabe discussão do pedido de vistas. - Vereador Olavo Santos: Vou pedir que o Pedro Sampaio possa fazer a leitura pra que todos tenham conhecimento quando a pedido de vistas como se procede. - Vereador Pedro Sampaio: De acordo com o artigo 147 poderá o vereador requerer verbalmente pedido de vistas de qualquer



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

proposição que esteja na ordem do dia e o parágrafo 4º diz: *Havendo pedido de vistas será suspensa a discussão da matéria para ser colocado o pedido de vistas em votação e caso aprovado fica suspensa a proposição por uma sessão ordinária.* – Presidente: Vamos a votação do pedido de vistas formulado pelo Vereador Roberto Parra. Proceda a votação nominal senhor primeiro secretário (Foram favoráveis os vereadores: Bocasanta, Cabral, Carlinhos Oliveira, Fernando Hallberg, Josué de Souza, Mazutti, Mauro Seibert, Misael Junior, Parra, Paulo Porto, Pedro Sampaio, Romulo Quintino, Serginho Ribeiro). (Foram contrários os vereadores: Celso Dal Molin, Damasceno Junior, Jaime Vasatta, Olavo Santos, Policial Madril, Valdecir Alcântara). – Secretário: 13 votos favoráveis e 6 contrários. – Presidente: Com 13 votos favoráveis e 6 contrários fica aprovado o pedido de vistas e o projeto volta na próxima segunda-feira. Passamos para discussão do Projeto de lei nº 158/2017 de autoria do Executivo Municipal que autoriza o município de Cascavel a permutar imóvel urbano que especifica e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Policial Madril. - Vereador Policial Madril: Esse projeto aqui que é um projeto de permuta de terreno, como eu vi algumas permutas que eu achei meio estranho eu pedi para meus assessores irem até os locais, tirar fotos depois vi a explicação desse projeto que iniciou em 2012. Depois também vi a explicação do vereador Josué que é para mudar o sentido da rua pra ficar de mão única o sentido da Manaus e a Belém. Então, gostaria só de mostrar mais passando o slide ali dos terrenos. Esse terreno é na Rua Noel Rosa onde vai ser trocado pela prefeitura. Próximo ali já tem um terreno que uma pessoa diz ser proprietário e a gente vai ver se está em nome da Prefeitura ainda e essa casa do lado que a pessoa entrou com usucapião, mas a gente sabe que não existe usucapião com terrenos públicos. Esse aí é o terreno na Noel Rosa que é da Prefeitura e depois vai ser recebido em troca desse da Rua Belém. Onde está a seta é o local do terreno e as medidas. A gente viu que o valor deles ali em dinheiro é praticamente o mesmo, mas essa área ali da Noel Rosa é maior e lógico que uma área no centro ali o preço por metro quadrado é bem maior então é compreensível. Só vai passar a parte ali do terreno no centro que depois o vereador Josué quiser explicar que essa permuta aí é que é pra ser numa Via Principal. A única coisa que achei estranho é que estava desde 2012, mas depois revendo vou pedir voto favorável também porque é melhoria para o município. Estamos indo em loco verificar o terreno que às vezes até o pessoal da Prefeitura quando mandar os projetos, que mande com as fotos do local que fica mais fácil que tem muitas pessoas aqui de Cascavel nós vereadores que a gente não conhece os terrenos. O ano passado, por exemplo, teve terrenos bons da Prefeitura de Cascavel que tinha localização boa e na outra administração foi trocado por terrenos que era morros e Barrancos. Era só pra mostrar as fotos e que a gente está verificando pra ter noção dos valores dos terrenos. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Serginho Ribeiro. - Vereador Serginho Ribeiro: Na verdade o município de Cascavel muito bem colocado, quero parabenizar o vereador Madril que verificou as informações pertinentes a permuta. O município de Cascavel abriu um processo pra prolongamento da Rua Belém, o protocolo 29.350/2012 solicitando desapropriação dos lotes 2B3 da gleba Cascavel e 16 da quadra 221 do loteamento do centro. Então, o decreto autorizou a desapropriação do referido imóvel, o proprietário do imóvel na



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Gleba Cascavel concordou em fazer o acordo amigável na forma da permuta com o lote 07 da quadra 01 do Jardim Esteves. Então, que a gente veja uma forma de ajudar Cascavel. Cascavel uma das cidades que tem o maior número de veículos. Um aumento enorme. A única forma de desafogar é aumentando os espaços. Temos que ajustar pra transcorrer a mobilidade urbana. Vejo com bons olhos esse projeto e também peço voto favorável. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: Um projeto simples. Conversando com o Fernando vimos que faltou uma assinatura, depois vou atrás pra pegar e quero pedir voto favorável pra abertura daquela rua pra desafogar e tirar um pouco o trânsito do centro da cidade. O número de veículos vem aumentando então isso vai trazer muitos benefícios pra o município de Cascavel. Contamos com o voto de vocês. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Bocasanta. - Vereador Bocasanta: Cascavel necessita de uma equipe de engenheiros, arquitetos que pensem numa Cascavel daqui a 50 anos. Um absurdo esse projeto do BID, se tivéssemos uma equipe de engenheiros não poderia ter um ônibus largando os velhos no meio da rua pra atravessar a rua e sim nas laterais. Vou votar favorável, mas não tem a ver com o plano explicativo pra mostrar pra nós o que seria essa permuta. Eu e o Mazutti tivemos que ir atrás. Então, em Cascavel faltam projetos, sequência de projetos e se o município de Cascavel tivesse contratado engenheiros e arquitetos, poderíamos ter um posto de saúde... o primeiro podia não ser tão perfeito, mas com o passar do tempo seria melhor. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Mauro Seibert: Concordo, mas não é falta de engenheiro e arquiteto. Temos bons engenheiros, o que falta é aperfeiçoamento, o município investir no funcionário público, não num cargo de comissão que às vezes passa ali 2, 3 anos e vai embora ou um protegido que vai viajar para Europa, para América Latina e os outros ficam ali no aquário dentro de quatro paredes. Então, o que falta é aperfeiçoamento dos nossos funcionários públicos principalmente engenheiros, arquitetos, que o município invista mais em nossos funcionários públicos. Com esse aperfeiçoamento nós vamos chegar com certeza mais adiante. Obrigado. - Vereador Bocasanta: Gostaria de lembrar que pra fazer o hospital municipal foi pago 500 e poucos mil reais pra uma turma de arquitetos e engenheiros. Um dia eu perguntei a uma arquiteta hospitalar que estava lá no Salete fazendo vistoria por que eles não fazem. Porque eles querem terceirizar para ter as bonanças, para ter o lucro fácil porque não é possível contratar algum, pagar 500 mil só no projeto. Não sei nem onde está o roubo. Gostaria que esse prefeito valorizasse a estrutura do município com salários melhores, com atualizações e fazer uma sequência que até hoje eu não vi que daí esses postos de saúde do Cascavel Velho que na primeira semana já estavam os bueiros tudo trancados, as luzes dando problema, tenho certeza que se fosse a construtora do município executando aquela obra com seus engenheiros, sairia uma obra melhor. Então, era só isso aqui. Na próxima vez, Josué, vamos pedir pra que venha melhor explicado, porque aqui é mais fácil acertar na loteria do que saber interpretar esse papel. Vou votar favorável, mas na próxima vamos esperar que venha o projeto melhor. Muito obrigado. – Presidente: Vamos à votação do Projeto de lei nº 158/2017. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 158/2017 aprovado pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Vamos pra discussão do Projeto de lei nº 163/2017 de



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

autoria do vereador Fernando Hallberg que declara de utilidade pública a associação Casa Dona Vani - Casa Dona Vani. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Creio que a Casa Dona Vani é conhecido por todos pelo brilhante trabalho que desempenha em Cascavel, recebe pacientes com câncer de várias cidades do Brasil que não têm condições financeiras de pagar sua hospedagem, muitas vezes não fica todo tempo na Uopecan. Dona Vani é quem morava nesta Casa. Num período de 30 anos ela teve 5 vezes câncer de vários tipos mas ficou reconhecida em sua comunidade, mesmo tendo câncer era participativa, ajudava na comunidade e após seu falecimento essa Casa foi vendida pra pessoas que tiveram seu coração tocado e montaram a associação Casa Dona Vani que vem desempenhando esse brilhante trabalho em Cascavel e conta com voluntários, doações de pessoas pra manter esse atendimento. Estamos aqui fazendo um reconhecimento de declarar de utilidade pública a Casa Dona Vani pra que ela receba subsídios de alguns impostos municipais e creio que seja o caso de a gente encaminhar um pedido de utilidade pública estadual e federal também, porque como ela atende pessoas de várias cidades, é um caminho a ser trilhado, mas este é nosso primeiro passo, e peço voto favorável. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Pedro Sampaio: Parabéns pela proposição, a Casa Dona Vani faz um trabalho invejável em nossa cidade pra aquelas pessoas que vêm suprir uma deficiência da saúde da família e estão à flor da pele com uma enfermidade. Então, essa é uma sugestão que iria daqui um tempo depois de tramitar aqui um ano em Cascavel, requerer isso via assembleia também pra que possa fazer também justificar aquele programa Nota Paraná pra receber os subsídios das notas fiscais. Bacana sua iniciativa e votarei favorável. Obrigado. - Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. Já convido, então, pra gente fazer esse encaminhamento pra assembleia legislativa. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Celso Dal Molin. – Vereador Celso Dal Molin: Como é bom ver pessoas que tem o coração como a Dona Vani que faz uma obra como essa. Como o mundo está carente de pessoas assim. Diferente de muitos que tiram do próximo pra si. Parabéns pela indicação. - Vereador Fernando Hallberg: Deixar os parabéns a Claudia e ao Paulo que começaram esse projeto e a gente sabe que não é fácil você ser voluntário, deixar de estar no seu trabalho, no seu lar, com seus filhos pra se voluntariar num projeto como este e que normalmente os casos que chegam ali são pessoas que estão em sofrimento que a gente muitas vezes não sabe, a pessoas com câncer não é fácil, a gente sabe. Que possamos dar esse primeiro passo e depois pensar o que mais podemos fazer pra auxiliar a Casa Dona Vani. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Carlinhos Oliveira: Amanhã 15 de fevereiro se comemora o dia internacional de combate ao câncer infantil, uma data oportuna juntamente com esse projeto que venha levantar essa situação, essa discussão sobre esse projeto e debatermos esse tema que é um sofrimento pra muitas famílias e não afeta só o doente, mas toda família. Votarei favorável. - Vereador Fernando Hallberg: Obrigado. Peço voto favorável. – Presidente: Vamos à votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Projeto de lei nº 163/2017 aprovado em primeira votação pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Passamos pra votação das atas da 1ª e 2ª sessões ordinárias realizadas dia 05 e 06 de fevereiro de 2018. Em discussão as atas. Em votação. Os vereadores favoráveis permaneçam como estão, os



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

contrários que se manifestem. Atas aprovadas pela totalidade dos senhores vereadores presentes. Finda que está a matéria da ordem do dia deixo a palavra livre aos senhores vereadores para pronunciamento de interesse público. A primeira inscrição é do vereador Pedro Sampaio. – Vereador Pedro Sampaio: Abro mão da palavra e peço pra me ausentar. - Vereador Damasceno Junior: Peço pra me ausentar. – Presidente: Concedido. - Vereador Valdecir Alcântara: Também tenho um compromisso. Peço permissão pra me ausentar. – Presidente: Concedido. Com a palavra vereador Celso Dal Molin. **GRANDE EXPEDIENTE:** – Vereador Celso Dal Molin: Como é bom um projeto vir como veio meu projeto 145 e a gente em Plenário discute ele porque ele veio pra ser discutido em Plenário. O que não aconteceu com o projeto Escola sem partido, que não conseguiu chegar em Plenário pra ver a opinião de todos os vereadores e termos opinião também da sociedade, que tivesse audiência pública pra discutirmos o assunto. Infelizmente esse projeto foi barrado. Fico triste porque em várias cidades que esse projeto foi apresentado, ele foi discutido, e em Cascavel se impediu esse projeto de vir pra Casa. Fica meu protesto por não ter vindo, não ser discutido, não ouvirmos o que a sociedade pensa, que pudesse ter a participação de todos. Não perdemos porque ainda temos chance de continuar esse trabalho. Não vamos desistir e queremos esse projeto aqui pra que essa Casa de leis possa dar seu parecer. Fica meu protesto por não ter passado pelas comissões. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Paulo Porto. - Vereador Paulo Porto: Hoje venho parabenizar os vereadores das comissões de educação, justiça e finanças que corretamente deram parecer contrário ao projeto denominado Escola sem partido. Um projeto que possui uma estranha unanimidade: do contra. Pois não possui nenhuma qualidade nem legal, nem moral e nem pedagógica. Começaremos pela questão legal: a verdade é que este projeto é tido como inconstitucional por todos que entendem um pouquinho de lei. A OAB afirma que o projeto usurpa competência da União para legislar sobre diretrizes e base da educação, viola normas e princípios consagrados na Constituição, torna vulnerável a pluralidade de ideias, compromete a gestão democrática do ensino e ignora a proibição Constitucional, a censura e a valorização dos professores. Já o Ministério Público Federal divulgou nota técnica afirmando que o projeto nasce marcado pela inconstitucionalidade, pois subverte a ordem constitucional por diversas razões, confunde educação escolar com aquelas fornecidas pelos pais e com isso confunde espaços públicos e privados e impede o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, nega a liberdade de cátedra e a possibilidade ampla de aprendizagem e contraria o princípio da laicidade do estado, todos os direitos previstos pela Constituição de 88. A Advocacia Geral da União também se manifestou deixando claro que o projeto é inconstitucional porque a competência para elaboração das normas gerais foi atribuída à União que legisla no interesse nacional estabelecendo diretrizes que devem ser observadas pelos demais entes federados junto aos estados e Distrito Federal. Cabe apenas suplementar a legislação nacional. Em relação à questão moral, a própria CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, órgão máximo da Igreja Católica brasileira, desde logo se posicionou de forma crítica a aprovação deste projeto. Segundo Dom João Justino, presidente da Comissão Episcopal Pastoral para educação da CNBB e bispo auxiliar de Belo Horizonte, a Escola sem partido nada mais é do que uma mordalha que fere a liberdade os professores de ensinar limitando-os a



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

meros repetidores de informações ferindo a dimensão fundamental, dialogal e crítica de qualquer processo pedagógico. Ainda segundo Dom João é necessário trocar a censura pelo diálogo e o discurso do ódio pela paz: *“O mundo contemporâneo é cada vez mais plural em suas ideias e comportamentos, aumentam as tensões que não têm outra possibilidade de convivência senão pela construção do diálogo. o recurso da censura e a pressão tende a provocar conflitos, e nós cristãos devemos justamente promover a paz.”* A Igreja Anglicana também divulgou nota afirmando que o projeto incentivo à censura, o preconceito e promove a intolerância nas escolas. A aliança da Igreja Batista em reunião nacional em Salvador afirmou em documento nacional que *“a educação familiar, moral, religiosa é um direito de todos e todas, porém, nunca em detrimento da educação pública ou como parâmetro para esta, devido a isso, denunciamos assim o programa Escola sem partido como legitimador de depressões e violências e contrário à celebração da vida em suas diversas expressões a dignidade do ser humano enquanto imagem de Deus”*, quanto à questão pedagógica a sociedade brasileira para o progresso da ciência SBPC que reúne cientistas brasileiros de todos os estados entende que o programa Escola sem partido termina por comprometer a formação crítica dos estudantes e cria um novo tipo de doutrinação fundamentalista limitando direito dos alunos o acesso ao conhecimento, isto é, liquida com a função sagrada da escola que é justamente socializar o indivíduo o patrimônio coletivo do conhecimento humano. Tanto do ponto de vista legal como moral, como pedagógico. O programa Escola sem partido segue indefensável, pois se retirarmos a legalidade, a moralidade, o objetivo pedagógico de um projeto de lei, o que nos resta desse projeto de lei? Nos resta apenas o discurso oportunista demagógico e pouco inteligente de alguns personagens patéticos como aquele ator de filme pornô Alexandre Frota, referência nacional em defesa da escola sem partido. Nos resta apenas o burro discurso do ódio, discurso que é fruto e resultado da triste mistura que tem sido feita no Brasil e nesta Casa de leis ao se misturar de forma descuidada e má intencionada, fé e política, e quando digo política me refiro àquela política mais rasteira, mais tacanha que vê no discurso moral, uma forma malandra de cativar eleitores e votos sem nenhum compromisso republicano, a não ser seus próprios compromissos não republicanos. Diante disso, gostaria de novamente parabenizar os diversos vereadores dessa Casa que de uma forma ou de outra foram fundamentais para o arquivamento desse triste projeto Escola sem partido. Que vocês vereadores saibam que assim como a escola, o Poder Legislativo segue sendo uma das últimas fronteiras contra o discurso do ódio, da intolerância que lamentavelmente vem crescendo em todo país e também em Cascavel. Que sigamos o bom combate contra a ignorância e a burrice, que sigamos o bom combate contra o ódio e seus adeptos, que sigamos em defesa das famílias, o direito das crianças de terem acesso ao conhecimento científico e sistematizado que sigamos em defesa da humanização contra a barbárie. Dedico essa fala a minha neta Yasmin aluna da nossa rede municipal de educação, que ela siga tendo o direito de acessar o conhecimento científico e permaneça a salvo da ignorância e do preconceito. – Presidente: Com a palavra vereador Parra. - Vereador Parra: Vou reproduzir um áudio que recebi, fruto daquele telefone que você autorizou instalar na comissão de saúde 3321-1888 onde a população poderia fazer suas denúncias e reclamações. Não conheço essa pessoa, mas eu gostaria que a mídia reproduzisse para a gente analisar



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

só esse fato. (Reprodução de áudio) Incrível como o pessoal da rede pública não conseguiu achar uma fratura. Essa pessoa estava com 4 fraturas: 2 no braço esquerdo e 2 no direito. Quem vai ressarcir essa senhora com esse dinheiro que ela gastou pra realmente comprovar o que ela tinha. Falei para ela se poderia usar esse áudio e ela me autorizou. Estou aconselhando ela a procurar minha assessoria jurídica para que a gente entre com processo contra o município, contra a secretaria de saúde pra que alguém seja responsável por ressarcir no mínimo o valor que ela gastou pra descobrir realmente que ela estava com os dois braços fraturados e duas fraturas em cada braço. Inadmissível. Ou o aparelho de raio x não mostra nada ou os médicos estão fingindo que olham o resultado do raio-x. Gostaria de agradecer esse telefonema, vou sair agora da sessão, vou a casa dessa Senhora, vou trazer ela até o escritório da Dra. Keith, que faz minha parte jurídica, e se tiver na lei que ela tem direito de ressarcir, que esse dinheiro volte para ela que ela que ela consiga fazer essas obrigações do mês. Não dá para aceitar uma situação dessas onde a pessoa fica uma semana com fratura nos dois braços e Precisa ir numa rede particular para descobrir que ela está realmente com fratura. A gente precisa descobrir se esses raio-x estão funcionando. Já recebi uma denúncia, o Bocasanta e o Madril sempre acompanham, a falta de manutenção desses aparelhos de raio-x já recebi várias denúncias. A gente precisa descobrir se esse raio-x realmente funciona ou se os médicos estão fingindo que olham esses resultados. – Presidente: Com a palavra vereador Romulo Quintino. - Vereador Romulo Quintino: Cumprimentar de forma especial o pessoal dos sindicatos que estão aí sempre ativos nas suas Bandeiras isso é importante. Eu quero iniciar fazendo a comparação do Mauro de dois pareceres. Tivemos por proposição do vereador Jorge Bocasanta um parecer ao projeto de lei 141, esse Projeto de lei 141 versa na confecção de cartazes, Só que nesse momento o vereador Jorge Bocasanta não colocou no seu projeto a rubrica de onde sairia o valor para confeccionar o cartaz. A eminente comissão de Economia Finanças e orçamento, ao emitir o parecer, disse assim: foi feliz o autor do projeto, pois, segundo a lei orçamentária anual, está contida dotação orçamentária no elemento despesas 39, valores orçamentários que podem ser empregados na aquisição e confecção desses cartazes, e deram parecer favorável ao projeto de lei 141 do vereador Jorge Bocasanta. Apresentei o Substitutivo nº 1 ao Projeto de lei nº 155 proposto por mim, pelo vereador Celso Dal Molin depois também com pedido do vereador Mazutti que fala na confecção de cartazes também pra serem colocados nas escolas, e recebemos da eminente Comissão de economia, finanças e orçamento, parecer contrário, sendo que no corpo do nosso projeto está a dotação orçamentária que justamente coincide com aquela citada pela eminente comissão em outro parecer que diz de onde sairia o recurso pra confecção do tal cartaz que seria colocado apenas nas escolas ao passo que o outro projeto prevê, inclusive, ir para os ônibus do transporte coletivo. Pois bem, a eminente comissão emitiu um parecer dizendo que o nosso projeto não apresentou impacto orçamentário-financeiro bem como o projeto 141/2017, que é um projeto, diga-se de passagem, importante, apresentado pelo vereador Jorge Bocasanta também não apresentou nenhum impacto. Veio incompleto nessa parte econômica, mas a eminente comissão resolveu o problema, nós viemos com o projeto com o problema resolvido e a eminente comissão conseguiu dar parecer contrário. Eu cumprimento. Tenho que deixar consignado



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

cumprimento a toda articulação política que foi muito bem feita nessa Casa, inclusive pelo sindicato, e dizer que o problema do projeto não está na questão econômica, na questão orçamentária, ele está em tirar uma ferramenta historicamente tentava e construída pelos setores de esquerda para usar a escola como instrumento partidário para a disseminação dos seus pensamentos e dos seus autores. Termino dizendo: vocês não estão preocupados com a legalidade, vocês não respeitam isso, haja vista as condenações dadas pelo juiz Sérgio Moro no tribunal agora em Porto Alegre que os senhores são, a uma só voz, contrários porque incrimina e vai levar para cadeia o líder de vocês. O Lula vai para cadeia infelizmente. Vocês não estão preocupados com a legislação, vocês estão preocupados em continuar doutrinando as crianças a partir do pensamento que vocês têm daquilo que deve ou não deve ser feito, mas é apenas uma batalha, outras virão e com certeza quem vai vencer serão as pessoas que cuidam das suas famílias. Obrigado, presidente. – Presidente: Com a palavra vereador Fernando Hallberg. - Vereador Fernando Hallberg: Quero a atenção de todos, tenho um assunto muito grave e importante para falar para vocês. Peço para que coloque a reportagem da Tarobá News no telão aqui da Câmara dos Vereadores. (Exibição de vídeo). Queria perguntar a todo mundo que tem filho aqui, quanto vale a vida dos nossos filhos? Será que vale 150 mil reais por mês? Será que tem como mensurar? Será que ela escolheu nascer com essa doença? Será que o estado tem o direito de dizer que ela vai morrer com 18 anos se tem um tratamento comprovado que aumenta a idade média dela até 40 anos? E vou falar o mais absurdo: 9 decisões judiciais não cumpridas pela União. Já foi determinada multa diária. A União não paga nem a multa, nem fornece o medicamento e nem fornece o dinheiro. Que se tirem os impostos, então, já que esse imposto vai para União mesmo. Então, o valor real disso é de 70 mil por mês, não é 150 se essa diferença vai para União. O ministro da saúde esteve aqui na semana passada, não consegui falar com ele, mas eu peço, já está correndo, já está em trâmite junto com meu gabinete, um requerimento a todos os deputados do Brasil, a todos os senadores, mas eu já faço o pedido que cada um de vocês vereadores possam entrar em contato com quem vocês conhecem, que a comissão de saúde também possa fazer um requerimento, porque nós não podemos deixar que essa menina fique sem esse medicamento, que o estado determine que ela morra daqui 2 anos e meio, que absurdo isso, senhores. E não se cumpre mais decisão judicial no país porque o pobre, se não cumprir vai preso, e o ministro? E o presidente? E a União? Isso não existe, já passou da fase de discutir se vai ser o medicamento do SUS ou se vai ser o medicamento que vai vir dos Estados Unidos, já passou disso porque não é justo que essa adolescente agora tenha a data de sua morte definida pelo estado brasileiro. Então, que a gente inicie uma briga porque já começamos a trabalhar num pedido para Câmara Federal analisar a isenção tributária desse tipo de medicamento porque é um absurdo, mais do dobro do valor de imposto para o medicamento chegar aqui. Mesmo que essa mãe tenha condições de pagar, e que a gente possa cobrar aqui o Ministro da saúde e o presidente da República através dos nossos deputados do por que essa determinação judicial não é cumprida. Obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Josué de Souza. - Vereador Josué de Souza: O que me traz a usar a tribuna é um assunto que vem correndo há dias nas redes sociais, nas conversas que é a UPS da região oeste. Quero aqui dar parabéns ao vereador Carlinhos, aos moradores da região norte



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

principalmente aqueles que moram lá no Floresta que quando foram para instalar a UPS na região norte, foram procurar aonde tinha o maior índice de violência e naquela época então foi no Interlagos. Aqui na região oeste está acontecendo o contrário. Estão querendo instalar a UPS que é Unidade de Paraná Seguro que tem como objetivo instalar aonde tem o maior índice de violência a dar segurança para alta sociedade na nossa cidade. Estive passando pelo bairro Tropical aonde quer se instalar essa UPS aonde o vereador Parra tanto defende. Lá os muros 2 metros e meio de altura com rede elétrica em cima. Isso comprova que essas pessoas têm condições de manter uma segurança. Estive visitando a região oeste onde eu moro que ali no loteamento Santo Onofre que pertence ao bairro Santa Cruz, os muros baixos, alto índice de violência, toda vez que você liga a televisão para assistir os programas policiais você vê pessoas sendo feridas por bala, sendo assaltada, sendo esfaqueada naquela região. Mas as nossas lideranças políticas acham que o dinheiro dos impostos que nós pagamos tem que ser beneficiado a alta sociedade na nossa cidade, por isso estão querendo atender os empresários aqui do bairro Tropical, mas essa luta não vai parar porque nós, moradores do Santo Onofre, do Santa Cruz, Esmeralda e Santos Dumont não vamos sessar. Estive conversando com o deputado André Bueno referente a essa UPS, fomos falar com o Rossoni e ele disse que é caso já resolvido que vai ser instalado no bairro Tropical. Mas não vamos nos calar. Queremos mais segurança para nossa região. Se não for possível a UPS, nós vamos levar para lá um batalhão do choque porque nós temos que combater a criminalidade com a polícia e conveniência. Nós não podemos dar nenhuma chance para que as pessoas vão lá roubar as pessoas que pagam imposto, as pessoas que trabalham, porque os verdadeiros trabalhadores da nossa cidade estão nos bairros, aqueles que levantam cedo para sair para trabalhar, para trazer o pão de cada dia para nossa casa. Então, venho aqui a essa Casa, a esse plenário pedir uma maior união dos vereadores pra estar nos ajudando a levar a segurança pra onde realmente precisa, pra onde realmente tem que ser, e que esse projeto do governo que está apagando-se na luz da vela tem que ser instalado e aonde ela tem um objetivo que é ser no meio das pessoas que mais precisam. Era isso que eu tinha. Muito obrigado. – Presidente: Com a palavra vereador Olavo Santos. - Vereador Olavo Santos: Eu ia abrir mão da palavra, mas diante da exposição que o vereador Fernando trouxe aqui a respeito da Emanuelle eu quero lembrar, ser bem sucinto, dizer que a vida é construída, é uma obra coletiva construída no cotidiano no sentido literal de se fazer a história. João Cabral de Melo Neto nos diz que um galo sozinho não tece um amanhã, então, Fernando, como representante de uma boa parcela da comunidade de Cascavel pode contar com este vereador nesta luta. Tenho certeza que os demais vereadores desta Casa de leis irão se juntar e vamos encaminhar sim requerimento, ofício e o que mais for necessário e se for preciso fazemos uma comitiva e vamos até o ministério porque sabemos que muitas decisões são travadas, as decisões judiciais não são cumpridas e não chegam até o seu responsável. Algo está errado e o estado brasileiro tem a obrigação de acolher a Emanuelle e todas as pessoas que sofrem com doenças raras. Não é questão de imposto, é questão de ética. Ética e vergonha na cara, ética tem vários sentidos, a ética pode ser... aqueles que pensam como eu, podem entender que eu estou numa linha ética correta, aqueles que pensam diferente podem entender que a ética deles é



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

correta, mas aquilo que está prescrito na Constituição Brasileira é preciso sim ser respeitado e ela tem o seu direito, e nós estaremos juntos neste requerimento. Não dizendo como um galo sozinho, mas com vários vereadores juntos representando toda a coletividade de Cascavel vamos apoiar isso. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Parra: Só pra responder o vereador Josué de Souza dizer que o pessoal que mora no Canadá, Cancelli, Claudete, Tropical, Cristal, Neva, Centro, também pagam imposto e também merecem segurança. Acho que cabe a quem entende de segurança decidir qual o melhor caminho aonde vão se deslocar as viaturas e essas viaturas vão sair de um ponto central e se deslocar até o Santa Cruz que será atendido e também se deslocará até o Country que é outro ponto extremo, agora vamos analisar a discrepância de V. Excelência em colocar a UPS no Santa Cruz e se deslocar até o Country, olha a distância. O Tropical, não é porque é bairro de rico, de pessoas que não pagam imposto, não trabalham como V. Excelência disse, o Tropical é o centro de atuação da UPS oeste está localizado no centro e é por isso que o chefe da Casa Civil, o comando da polícia decidiu lá, porque eles vão se deslocar para todas as regiões da cidade. - Vereador Olavo Santos: Pedir que o Fernando me defina UPS. - Vereador Fernando Hallberg: Unidade Paraná seguro. Vereador Parra, com todo respeito, vejo que o caso de definir uma área não é uma UPS é um subcomando da PM pra que seja instalado neste lugar. A UPS é o que é feito na favela pra dar segurança a moradores que estão de maneira muito crítica. A UPS, por mais que eu conheça a realidade do bairro Tropical, não é o equipamento policial que deve ser instalado no bairro Tropical, é o equipamento que deve ser instalado no bairro onde está a criminalidade, porque ela sai do Santa Cruz e vai atuar lá no Tropical. Então, de maneira indireta, ela vai melhorar a segurança do bairro Tropical também. O que nós podemos fazer é cobrar para que seja feito no bairro Tropical. - Vereador Olavo Santos: É preciso ir onde está o maior índice de criminalidade, onde estão os acontecimentos policiais, índices de ocorrência. É preciso estar então no o Santa Cruz. Não tem que ficar fazendo engodo, afinal o governo tem que que trabalhar e servir os mais necessitados, os pobres. O Santa Cruz não tem tanto monitoramento como no Tropical. A violência nesse momento por vários motivos está mais concentrada nessa região. Não devemos ficar fazendo força, brigando, fazendo cabo de guerra, ver que o deputado tem mais influência em levar para cá ou pra lá. Oxalá que estivéssemos discutindo a destinação de uma escola ou a melhoria numa escola estadual em vez de estarmos discutindo a unidade de Paraná Seguro. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Josué de Souza: Quando eu disse que no Santa Cruz estão os pagadores de imposto, os trabalhadores e que no Tropical estão as pessoas que dão emprego, os empresários, em nenhum momento eu disse que não são trabalhadores, lá estão os empresários, pessoas que tem condições de ter um muro alto, de ter uma cerca elétrica de cuidar mais da sua segurança e você foi muito bem, vereador Fernando, quando você disse o objetivo da UPS. O objetivo da UPS foi aquilo que foi instalado lá no Cascavel Velho, lá no Interlagos quando foi atender lá um grande índice que hoje é um exemplo para a cidade. Nós queremos que aquele exemplo lá do Interlagos seja o exemplo do Santa Cruz que é onde precisa da segurança. É isso que eu queria. O senhor, Vereador Parra, infelizmente entrou numa Bola Dividida, quis pegar carona no projeto de um deputado, me desculpa, mas não tem nenhum sentido. (-Um aparte) Pois não. –



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Vereador Gugu Bueno: O que a gente precisa urgentemente é brigar por mais efetivo aqui na cidade de Cascavel. Não é possível que quando se forma 3000 policiais vem pra unidade de Cascavel um número mínimo, a maioria vai pra o sudoeste, norte do Paraná, isso é falta de força política, de deputado pra brigar pra trazer mais policiais. Temos que brigar pra melhorar as condições de trabalho dos nossos policiais. Não é possível o policial bater a viatura durante o seu trabalho defendendo a vida do cidadão e ele ficar obrigado por ressarcir o custo do conserto da viatura. Então, acho que a discussão da questão da segurança pública da cidade de Cascavel ela vai muito além dessa questão. Então, só fazer essa contribuição, aproveitar a conversa que estava tendo aqui com o vereador Policial Madril. Obrigado. - Vereador Olavo Santos: Lembrando que quem mora no Tropical, Santa Cruz, São Cristóvão, todos são cidadãos do Paraná e recolhem impostos e merecem respeito do nosso governo. Agora, é importante que a gente possa ver com os olhos livres e perceber o que está acontecendo. Em ano de eleição um cenário legal para discussão de Unidade de Paraná Seguro, em ano de eleição tanta coisa acontecendo, mas temos que lembrar que tiveram todo o tempo do mundo para fazer. – Presidente: Lembrando os senhores que a sessão amanhã é às 14:30. Não havendo mais nenhuma inscrição para o interesse público, encerro a presente sessão. O presidente encerrou a presente sessão ordinária às dezesseis horas e trinta minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

OLAVO SANTOS

1º Secretário